

# A posição do Brasil nas organizações de saúde

HEITOR COUTINHO (\*)

**L**evantamento efetuado pelas agências especializadas do Sistema das Nações Unidas para o setor de saúde revela que, contrariamente ao que se especulava, o Brasil ocupa posição de destaque na distribuição geográfica dos cargos técnicos e diretivos, tanto na Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Com relação à OMS, existem, atualmente, 1.277 profissionais contratados, incluídos os funcionários de carreira e os detentores de contratos de trabalho por prazo determinado, dos quais 1.200 são cargos técnicos e 77 de direção.

O Brasil, neste caso, ocupa o 9º lugar, com 26 cargos técnicos e um de direção, perfazendo um total de 27 profissionais, o que representa cerca de 2,5% do contingente total de cargos disponíveis. Os Estados Unidos são os primeiros colocados com 178, seguidos pela Grã-Bretanha (63), França (61), CEI (49), Alemanha (36), Japão (35), Canadá (32), Itália (32) e Índia (30).

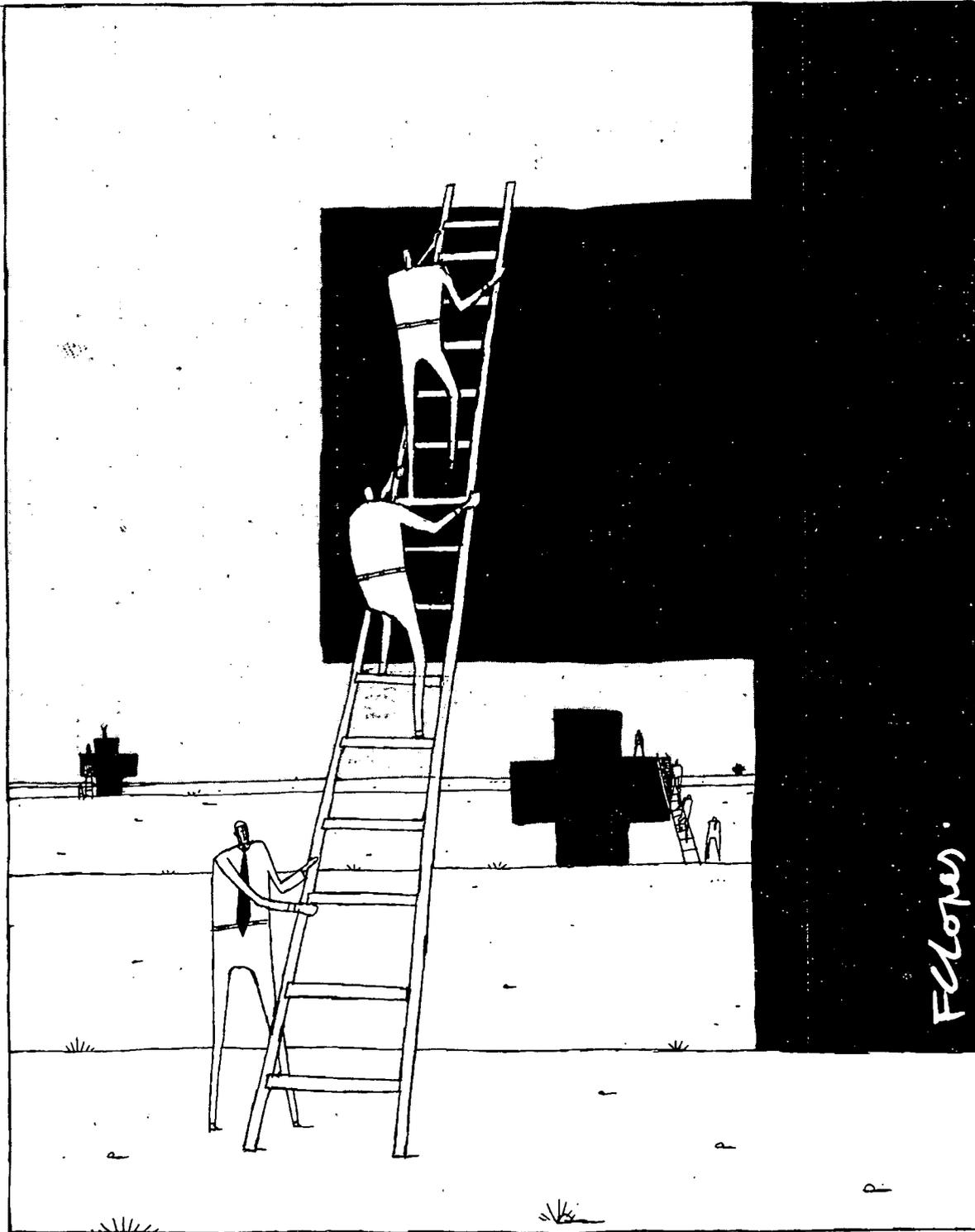
O Brasil é o melhor colocado dentre os países latino-americanos e o segundo entre os países em via de desenvolvimento, conforme dados relativos à distribuição geográfica de pessoal efetuada pela OMS.

Por se tratar de escritório regional da OMS, em Washington, e pelo fato de desempenhar atividades restritas às Américas e ao Caribe, a OPAS dispõe de quadro reduzido, o que de certa forma permitiu ao Brasil aumentar sua representatividade neste organismo.

No caso da OPAS, existem 400 profissionais detentores de contratos de trabalho por tempo determinado e funcionários de carreira do órgão, esses últimos admitidos por concurso diretamente pela Organização.

Na OPAS, o Brasil ocupa um privilegiado segundo lugar, com 33 cargos técnicos e 2 de direção, inclusive a direção geral do organismo, perfazendo um total de 35 profissionais, ou seja, cerca de 9% do total dos cargos disponíveis. Os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar com 85 cargos. Em terceiro, está a Colômbia (30), seguida da Argentina (27), do Chile (23), do México (20), do Peru (18).

O Brasil é país-membro de diversos organismos internacionais e tem contribuído com recursos significativos não só para a manutenção



da burocracia que administra esses organismos, senão também para o desenvolvimento de programas e de projetos de interesses diversos.

Teoricamente, os cargos técnicos e diretivos desses organismos são ocupados em função de sistema de cotas, estabelecidas proporcionalmente à participação financeira de cada país, as chamadas contribuições, além da sua importância estratégica para a região ou no cenário internacional.

No entanto, a prática tem evidenciado que países como a Índia, a Itália, a França e a Holanda aproveitam melhor as oportunidades de

preenchimento de postos técnicos e administrativos em organismos multilaterais, porquanto contam com o auxílio dos seus respectivos ministérios das relações exteriores, que têm defendido abertamente a colocação de seus nacionais em postos de organismos internacionais importantes.

A institucionalização dessa prática tem trazido inestimáveis benefícios àqueles países, uma vez que acaba criando uma "paradiplomacia", fato que tem auxiliado aqueles países a defenderem interesses setoriais específicos no âmbito dessas organizações.

É bem verdade que, quando admitidos nesses organismos, tais profissionais passam a gozar de estatuto especial enquanto funcionários internacionais, o que lhes dá, por força de estatuto, imparcialidade no trato das questões internas relativas à dinâmica dessas organizações.

Infelizmente, o Brasil não conseguiu ainda institucionalizar essa prática junto de organismos internacionais. Tampouco tem demonstrado interesse oficial para tanto. Até agora, os postos ocupados pelos brasileiros em organismos internacionais têm refletido a iniciativa

individual dos próprios interessados ou as indicações políticas de brasileiros, cujos perfis nem sempre são os mais adequados para o preenchimento dos postos disponíveis.

Desnecessário se torna descrever as inúmeras vantagens de um país defender, de forma permanente e agressiva, uma política de posicionamento de nacionais em organismos internacionais, onde informações estratégicas circulam e decisões que afetam a formulação de políticas públicas são tomadas, muitas vezes, sem que os interesses nacionais sejam adequadamente defendidos.

Vale esclarecer ainda que não se trata de tarefa fácil. Os organismos internacionais, na realidade, possuem sistema informatizado para divulgar a disponibilidade de postos. No entanto, a divulgação não tem sido efetuada com antecedência, o que impede a postulação de interessados, visto que os boletins de anúncio de postos disponíveis chegam para divulgação nas diversas representações desses organismos no mundo inteiro quando as vagas já foram preenchidas.

Torna-se, portanto, necessária uma ação mais eficaz das autoridades competentes brasileiras no sentido de facilitar o acesso de profissionais qualificados a esses postos, além de tornar o processo de candidatura a esses cargos mais visível e controlável, em benefício do próprio País.

Atualmente, existem instituições brasileiras especializadas no treinamento de recursos humanos estratégicos, tais como o Instituto Rio Branco, a Escola Nacional de Administração Pública e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que, em conjunto com os diversos ministérios setoriais e o Ministério das Relações Exteriores, teriam condições de selecionar e de capacitar brasileiros interessados em ocupar cargos técnicos e administrativos em organismos internacionais.

Tais instituições teriam capacidade técnica instalada para efetuar concursos públicos em nível nacional a fim de selecionar os melhor qualificados para preenchimento dos postos disponíveis, ao mesmo tempo em que valorizariam o mérito individual de cada postulante e minimizariam as ingerências políticas na indicação de brasileiros para postos de relevância em organismos internacionais.

□ (\*) Heitor Coutinho é ex-aluno da Escola de Administração da França.